

**SABER PEDAGÓGICO E DOCÊNCIA DE MULHERES PROFESSORAS DE PRIMEIRAS LETRAS DO MARANHÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX**

**PEDAGOGICAL KNOWLEDGE AND TEACHING PRACTICE OF WOMEN PRIMARY SCHOOL TEACHERS IN MARANHÃO AT THE BEGINNING OF THE 19TH CENTURY**

**CONOCIMIENTOS PEDAGÓGICOS Y PRÁCTICA DOCENTE DE LAS MAESTRAS DE ESCUELA PRIMARIA EN MARANHÃO A PRINCIPIOS DEL SIGLO XIX**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-212>

**Data de submissão:** 19/10/2025

**Data de publicação:** 19/11/2025

**Maria José Lobato Rodrigues**

Doutorado em Educação

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: maria.jlr@ufma.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6336-597X>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9759422318926766>

**Mariléia dos Santos Cruz**

Doutorado em Educação

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: euluena@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2688-7653>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7265625064123652>

**Maria da Penha Teófilo**

Doutorado em Estudo da Criança

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: mp.teofilo@ufma.br

Orcid: 0009-0000-8693-8638

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3532645935587629>

**Elisângela Santos de Amorim**

Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: es.amorim@ufma.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7509-9808>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3306324046955974>

**Daniel Silva Monteiro de Araújo**

Graduando em Filosofia

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: daniel.sma@discente.ufma.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0620-7450>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9536489476797912>

**Brenna Kelly Ferreira Rodrigues**  
Graduanda em História  
Instituição: Universidade Federal do Maranhão  
E-mail: [brenna.kfr@discente.ufma.br](mailto:brenna.kfr@discente.ufma.br)  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-9024-5898>  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3530562532827557>

## RESUMO

Com o objetivo de analisar como se deu a gradativa inserção das mulheres na docência do ensino elementar no século XIX, este estudo explorou dois aspectos: a reflexão sobre os saberes pedagógicos que se constituíram como objeto das práticas profissionais das primeiras professoras das cadeiras femininas no Maranhão; e a caracterização do exercício da docência dessas mulheres nas primeiras décadas dos Oitocentos. A pesquisa, de natureza histórica e abordagem indiciária, foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental. As fontes utilizadas incluem correspondências entre professoras e a Secretaria de Governo, pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), bem como documentos oficiais da administração provincial, publicados nos primeiros jornais da Província e disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. As informações obtidas permitem observar elementos de semelhança e diferença entre a docência feminina e a masculina. Quando as mulheres ingressaram no magistério público, ainda sem estruturação normativa, as exigências da profissão eram equivalentes para ambos os sexos. Com o avanço da organização do sistema provincial de ensino, novas regulamentações foram instituídas, reforçando desigualdades de gênero socialmente consolidadas. O contexto do exercício docente feminino até as quatro primeiras décadas do século XIX revela um processo de transferência das desigualdades de gênero do âmbito social para o profissional, acompanhando a ampliação das oportunidades de acesso das mulheres à carreira docente.

**Palavras-chave:** História da Profissão de Professora. Aulas de Primeiras Letras. Província do Maranhão. Métodos Pedagógicos.

## ABSTRACT

With the aim of analyzing how the gradual insertion of women into elementary education teaching occurred in the 19th century, this study explored two aspects: reflection on the pedagogical knowledge that constituted the object of the professional practices of the first female teachers in Maranhão; and the characterization of the teaching practice of these women in the first decades of the 19th century. The research, of a historical nature and with an evidentiary approach, was developed through bibliographic and documentary review. The sources used include correspondence between teachers and the Government Secretariat, belonging to the collection of the Public Archive of the State of Maranhão (APEM), as well as official documents of the provincial administration, published in the first newspapers of the Province and available in the Digital Newspaper Library of the National Library. The information obtained allows us to observe elements of similarity and difference between female and male teaching. When women entered public teaching, still without normative structuring, the demands of the profession were equivalent for both sexes. With the advancement of the organization of the provincial education system, new regulations were instituted, reinforcing socially consolidated gender inequalities. The context of women's teaching practice up to the first four decades of the 19th century reveals a process of transferring gender inequalities from the social to the professional sphere, accompanying the expansion of opportunities for women to access the teaching career.

**Keywords:** History of the Teaching Profession. Primary Education. Province of Maranhão. Pedagogical Methods.

## RESUMEN

Con el objetivo de analizar cómo se produjo la inserción gradual de las mujeres en la enseñanza primaria durante el siglo XIX, este estudio exploró dos aspectos: la reflexión sobre el conocimiento pedagógico que constituía el objeto de la práctica profesional de las primeras maestras en Maranhão; y la caracterización de dicha práctica docente en las primeras décadas del siglo XIX. La investigación, de carácter histórico y con enfoque probatorio, se desarrolló mediante revisión bibliográfica y documental. Las fuentes utilizadas incluyen correspondencia entre docentes y la Secretaría de Gobierno, perteneciente a la colección del Archivo Público del Estado de Maranhão (APEM), así como documentos oficiales de la administración provincial, publicados en los primeros periódicos de la provincia y disponibles en la Biblioteca Digital de la Biblioteca Nacional. La información obtenida permite observar similitudes y diferencias entre la docencia femenina y masculina. Cuando las mujeres se incorporaron a la enseñanza pública, aún sin una estructura normativa, las exigencias de la profesión eran equivalentes para ambos sexos. Con el avance de la organización del sistema educativo provincial, se instituyeron nuevas normas que reforzaron las desigualdades de género socialmente arraigadas. El contexto de la práctica docente femenina durante las primeras cuatro décadas del siglo XIX revela un proceso de transferencia de las desigualdades de género del ámbito social al profesional, paralelo a la ampliación de las oportunidades de acceso de las mujeres a la docencia.

**Palabras clave:** Historia de la Profesión Docente. Educación Primaria. Provincia de Maranhão. Métodos Pedagógicos.

## 1 INTRODUÇÃO

A docência configura-se como uma carreira que integra práticas voltadas à inserção das novas gerações no patrimônio cultural acumulado pela humanidade. Simultaneamente, essa profissão se caracteriza pela sua vinculação ao espaço escolar — local privilegiado de atuação — e pelas metodologias, técnicas e estratégias utilizadas para transformar conteúdos e conhecimentos em experiências significativas de aprendizagem.

Ser docente é exercer uma atividade profissional centrada no ato de promover o aprendizado, o que exige uma competência pedagógica sustentada por um conjunto articulado de saberes e técnicas voltadas ao planejamento e à condução do ensino. Segundo Nóvoa (1999, p. 16), o saber pedagógico se origina a partir do “[...] interesse renovado que a Era Moderna consagra ao porvir da infância e à intencionalidade educativa”. Desse modo, esse saber, enquanto conhecimento específico sobre como educar, nasce quando a sociedade moderna começa a valorizar a infância como uma fase importante e a educação como um processo intencional, planejado e voltado para um certo direcionamento do futuro das novas gerações.

Segundo o mesmo autor:

[...] é importante sublinhar que este corpo de saberes e de técnicas foi quase sempre produzido no exterior do “mundo dos professores”, por teóricos e especialistas vários. A natureza do saber pedagógico e a relação dos professores ao saber constituem um capítulo central da história da profissão docente (Nóvoa, 1999, p. 16).

O saber pedagógico, concebido como um conhecimento externo elaborado principalmente por teóricos e especialistas ao longo da história da pedagogia, tornou-se o centro das atenções dos reformadores que defendiam a ampliação da instrução pública e a melhoria dos resultados educacionais. No contexto das reformas educacionais, com a criação de normas para organizar o funcionamento do sistema de ensino, esse saber passou a ser valorizado como ferramenta essencial para qualificar a prática docente e promover maior eficiência.

A forma legitimada para acessar o conhecimento pedagógico de natureza teórica e técnica ocorre pela participação docente em atividades de qualificação profissional, o que, ao longo do tempo, tornou-se uma exigência para o exercício da carreira de professor. O interesse dos reformadores ao exigir a formação pedagógica justifica-se na crença de que professores bem qualificados alcançariam maior eficiência na função de instruir, podendo ensinar mais pessoas, em menor tempo.

Um capítulo relevante na história da profissão docente diz respeito à análise da carreira sob a perspectiva das mulheres. O estudo da trajetória do magistério, quando atravessado por reflexões de gênero, permite compreender o processo de feminização da docência. Trata-se de uma transformação

histórica em que uma atividade antes associada ao papel social masculino — a de instruir as novas gerações — passou progressivamente a ser desempenhada majoritariamente por mulheres. Um dos fatores que impulsionaram essa mudança foi a exigência, por parte da sociedade liberal moderna e industrial, de uma nova atuação feminina para além do espaço doméstico. Nesse contexto, as escolas passaram a assumir um papel central na formação das mulheres para o exercício de funções no espaço público, respondendo a novas demandas sociais (Cegatti; Prá, 2016).

Com o ingresso das mulheres no serviço público de ensino no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, elas se depararam com um cenário marcado por restrições de direitos e desigualdade de oportunidades. Foi nesse contexto adverso que começaram a trilhar suas trajetórias profissionais, consolidando gradualmente sua presença no magistério primário. Ao longo do século XX, tornaram-se maioria nas salas de aula — frequentadas por meninas e meninos — e, com isso, contribuíram para a associação social da docência primária como uma atividade predominantemente feminina (Hahner, 2011).

Com o objetivo de analisar como se deu a gradativa inserção das mulheres na docência do ensino elementar no século XIX, este estudo explorou dois aspectos: a reflexão sobre os saberes pedagógicos que se constituíram como objeto das práticas profissionais das primeiras professoras das cadeiras femininas no Maranhão; e a caracterização do exercício da docência dessas mulheres nas primeiras décadas dos Oitocentos.

## 2 METODOLOGIA

Metodologicamente, desenvolvemos uma revisão bibliográfica e uma pesquisa histórica documental. As fontes utilizadas foram correspondências de professoras com a secretaria de governo, do acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) e documentos oficiais do governo provincial, publicados nos primeiros jornais da Província, disponíveis no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

A pesquisa documental conjugada à leitura indiciária consiste em uma postura metodológica que, nas palavras de Aguiar e Ferreira (2021, p. 10):

[...] se dá num constante coletar, observar e decifrar. Coletamos recorrências, anomalias e lacunas, variamos as escalas de observação, reunimos diferentes documentos, fontes de dados, materiais de estudo. Buscamos indícios e repetições. Observamos o material que coletamos. Para cada material, podemos reconhecer coisas já sabidas antes (é quando nossas certezas aparecem), podemos duvidar e propor questões (é quando nossas dúvidas aparecem) ou ainda intuir que há algo ali que ainda não entendemos (porque há, em toda pesquisa, elementos não tão evidentes). Podemos voltar à busca de outros materiais, a partir do que observamos, e novamente lançar olhar apurado.

Na perspectiva indiciária, não poderão ser ignorados os cuidados necessários para a produção de estudos que têm como foco os sujeitos sociais excluídos da história tradicional. Na análise das fontes escritas produzidas sobre as mulheres, devemos atentar para a identificação dos “filtros de seus produtores”, em geral, homens “influenciados pelo pensamento de elite” focados em valores patriarcais. Os “filtros de seus produtores” é um importante elemento destacado por Ginzburg (1987, p. 17) para chamar atenção sobre o cuidado com as fontes duplamente indiretas que retratam a vida dos indivíduos em situação subordinada socialmente.

Para Ginzburg (1987), os indivíduos negligenciados na história, chegam aos pesquisadores permeados de “filtros e intermediários deformadores” porque estão descritos nas fontes por um olhar externo. Essa postura metodológica se caracteriza pela necessária crítica documental, já que todo testemunho do passado traz as marcas e as informações sobre o seu tempo, mas não de forma desinteressada, como meros reflexos de uma realidade (Burke, 1992; 2005).

Farge (2009) chama atenção para a relação entre o historiador e os arquivos no processo de escrita da história e realiza importantes reflexões sobre a relevância dos documentos oficiais e para a forma de estudá-los de modo não alinhado ao determinismo da história positivista. Para ela (Farge, 2009), a invisibilidade da mulher na história está mais para uma postura historiográfica, que não a coloca como personagem dos acontecimentos, do que para uma questão da falta de fontes que atestem a sua existência social em tempos recuados. Seguindo a análise da autora (Farge, 2009) a invisibilidade das mulheres como sujeitos da história é algo forjado no campo historiográfico, ligado à prática de fazer história por homens e sobre os homens, uma atitude preponderante no campo da pesquisa.

Por meio deste estudo, que aborda elementos do exercício da docência das mulheres no serviço público maranhense (logo quando elas iniciam na profissão), acreditamos poder contribuir com o campo de estudos da história da profissão docente feminina e refletir sobre o processo de feminização do magistério.

### **3 OS SABERES PEDAGÓGICOS NA DOCÊNCIA FEMININA**

O século XIX é considerado crucial para a pedagogia, tendo em vista que, neste período, o saber pedagógico ganha centralidade na maior parte das nações ocidentais. Isto porque as aspirações por progresso e desenvolvimento econômico impulsionaram a necessidade de massificação da escolarização elementar como chave para realizar a finalidade civilizatória.

Faria Filho e Vidal (2000) analisam o processo de organização do sistema de escolarização primária no Brasil, chamando atenção para a institucionalização da escola com suas práticas distribuídas em tempos e espaços e submetidas aos métodos pedagógicos em circulação. Os autores

descrevem três métodos correntes nas escolas elementares do Brasil no século XIX: o individual, o simultâneo e o mútuo, também denominado de método de Lancaster ou monitorial.

O método individual era aquele cujo professor ensinava cada aluno por vez, distribuindo tarefas diferentes de modo individualizado. Isso porque os poucos critérios de classificação dos estudantes giravam em torno da finalidade da instrução (ensino elementar ou secundário) e o sexo (escola de meninos e escola de meninas). Sendo assim, alunos de idades e níveis de adiantamento diferentes em leitura, escrita e contagem poderiam fazer parte da mesma classe elementar.

O método individual foi considerado sem eficiência, pois a aprendizagem demandava dispêndio de longos períodos, com limitado alcance de matrícula. Sua prática não exigia qualquer formação pedagógica e ocorria de forma improvisada (Faria Filho; Vidal, 2000).

Outro método de ensino praticado no Brasil no século XIX foi o simultâneo, o qual, nesse período, articulava-se pela organização da escola em três agrupamentos na mesma turma. Cada agrupamento denominado de classe, tinha como critério de formação o grau de desenvolvimento dos alunos em relação à matéria de estudo. Neste método, o professor ministrava o ensino simultaneamente a cada grupo, empregando as mesmas explicações, tarefas e manuais didáticos (Menezes; Santos, 2001; Batista; Borges; Sales, 2018).

Além dos métodos explicitados, o mútuo ou de Lancaster, foi considerado mais relevante no Brasil, na primeira metade do século XIX. Nesse caso, os estudantes eram classificados em grupos diversos, para o estudo por matérias, segundo nível de adiantamento em cada conteúdo. Segundo Faria Filho e Vidal (2000, p. 4), o método mútuo, “utilizado largamente na Europa, possibilitava, segundo seus defensores, que um único professor ministrasse aula para até 1.000 alunos. Bastava, para isso, que ele contasse com espaço e materiais adequados e, sobretudo, com a ajuda dos alunos-monitores”. Tratava-se de um modelo pedagógico que para funcionar, precisava do cumprimento de algumas exigências, como: existência de um programa preciso e organizado, dividido em 8 graus hierarquizados; edifício escolar com características adequadas à distribuição dos agrupamentos; mobiliário específico (a exemplo de bancos e mesas para alunos, estrado para professor e monitores, relógio, quadro negro, sólidos para geometria, bancos e mesas, campainhas e matracas para os sinais sonoros, caixas de areia para a escrita, ardósias e quadros-negros); além de um sistema de comandos e regras de funcionamento (Faria Filho; Bastos, 1999; Faria Filho; Vidal, 2000).

Desde o início do século XIX, os saberes pedagógicos passaram a ser defendidos por gestores públicos, políticos e intelectuais, inspirados na crença de que, quanto mais fossem acessados pelos docentes, produziriam a elevação dos resultados da instrução, garantindo ampliação do acesso aos saberes da escolarização elementar. Desse modo, a busca pelos modelos pedagógicos e a tentativa de

torná-los acessíveis ao corpo de profissionais do ensino impulsionou o financiamento, por parte do governo, de viagens pedagógicas, participações em conferências internacionais e viabilização de cursos de qualificação para professores. O método mútuo foi defendido como o mais adequado para finalidade de universalizar a instrução pública no Brasil, sendo escolhido pelo governo Imperial e por gestores provinciais como foco de investimentos, pois se acreditava que o sucesso da educação no Brasil, dependeria do emprego desse método por docentes qualificados.

No Brasil, o movimento inicial voltado para formação docente ocorreu desde a segunda década de 1800. A princípio, por meio do decreto de 3 de julho de 1820, que concedeu ao professor João Batista de Queiroz uma pensão anual, para ir à Inglaterra aprender o sistema Lancasteriano. Em seguida, em 1822, quando a “[...] A Repartição dos Negócios da Guerra criou uma escola de primeiras Letras, de ensino mútuo, dentro do Arsenal do Exército do Rio de Janeiro” (Cardoso, 2005, p. 81). O próximo movimento foi marcado pela abertura de uma escola pública de ensino mútuo, em 1º de março de 1823, a qual se constituiu numa espécie de escola normal, voltada para instruir militares (Brasil, 1823).

É consenso entre os autores (Castanha, 2020; Marchelli, 2017; Tanuri, 2000) que o Decreto emitido em 1º de março de 1823 por D. Pedro I é um marco significativo para a formação de professores no Brasil, com a criação na Corte de uma Escola de Primeira Letras. Tinha por objetivo principal fornecer educação básica aos militares e cidadãos, para que pudessem ler e escrever e, ainda, dar instrução básica sobre o método Lancaster.

Com a criação desta escola de ensino mútuo, observa-se o início da adesão a um modelo escolar que prometia a ampliação da instrução pública sem muitos custos. Além desse aspecto da economia na oferta da instrução pública, estava sendo inaugurada a prática de formação técnica para o ensino em solo nacional, de modo que também entrava em jogo a padronização de uma forma de ensinar que exigia recursos, utensílios, edifício e divisão dos conhecimentos, seguindo um modelo previamente instituído.

Em 29 de abril do mesmo ano, o Decreto 69, determinou ao Ministério da Guerra que fossem enviados à Corte oficiais e soldados que manifestassem aptidão ao aprendizado do método Lancaster, com o propósito de que, ao retornarem às suas províncias, pudessem disseminar o conhecimento não apenas entre seus pares militares, mas também a outros cidadãos (Castanha, 2013).

Assim, podemos considerar que o Decreto e a Decisão promulgados em 1823 podem ser considerados marcos importantes para a história da formação de professores no Brasil a partir da criação da Escola de Primeiras Letras de ensino mútuo. Tanuri (2000) observa que esta formação possuía um caráter estritamente prático, desprovido de fundamentação teórica e de um currículo

específico, baseando-se exclusivamente na apropriação metodológica para ensinar outras pessoas. Para Marchelli (2017), embora o foco principal fosse educar estudantes em vez de formar professores, o estabelecimento dessa escola marcou o início de políticas educacionais formais que acabariam por levar, posteriormente, a programas de formação de professores mais estruturados no Brasil.

Schaffrat (2008, p. 4) traz uma contextualização desse período histórico sobre a formação de professores no Brasil:

[...] os estudos empreendidos e os documentos históricos oficiais analisados revelam que, muito antes que se fundassem as primeiras instituições destinadas a formar professores para as escolas primárias, já havia, por parte dos governos, a preocupação com a qualidade do ensino na Corte e nas Províncias. Até que as preocupações em torno de uma formação docente específica ganhassem consistência, os mestres se preparavam enquanto se alfabetizavam nas Escolas de Primeiras Letras. Eram, a maioria delas, escolas de ensino mútuo, ou seja, aplicavam o Método Lancaster, onde o professor tomava um ou mais alunos para monitorá-lo e estes aprendiam o ofício ajudando o professor nas tarefas com os demais [...] o Método Lancaster era praticado em muitas escolas no Brasil, e como não existiam ainda as escolas de formação docente, os professores aprendiam o ofício, muitas vezes enquanto ainda eram alunos de cursos primários que utilizavam o referido método.

A Lei das Escolas de Primeiras Letras, aprovada em outubro de 1827, pode ser vista como uma continuação dessas ideias anteriores. Foi construída sobre a base estabelecida pelos documentos de 1823. Essa lei teve como objetivo criar uma abordagem mais estruturada para a educação e a formação de professores, garantindo que mais pessoas pudessem aprender a ler e escrever, pela institucionalização do método de ensino mútuo.

Considerando a situação do Brasil quando instituiu a primeira legislação nacional voltada para instrução elementar, a Lei das Escolas de Primeiras Letras, de 1827, observamos que, entre os seus primeiros artigos, destacam-se o 4º e 5º, em que consta o apelo para a relevância do saber pedagógico<sup>1</sup>. No texto da Lei, está clara a intenção dos legisladores sobre a necessidade de que os mestres e mestras fossem obrigados a utilizar um método de ensino como forma de garantir a qualidade na instrução, objeto do trabalho docente. O modo de acessar esse conhecimento do método deveria ser pela formação, para o que foram instituídas as escolas normais no território nacional e viabilizadas viagens de docente para formação tanto na França quanto na Inglaterra.

Contudo, neste primeiro momento em que foram dirimidos esforços visando a formação docente no método de Lancaster, as mulheres não foram o foco dessas medidas, nem mesmo pode ser

<sup>1</sup> Os referidos artigos definem que: “Art 4º - As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se”; e “Art. 5º - [...] Professores, que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais (Brasil, 1824).

afirmado que tenha havido alguma mulher, no Brasil, custeada para estudar o método mútuo na Europa, com recursos públicos, como aconteceu com homens em diversas províncias, mesmo depois de 1827.

Questão similar, ocorreu em relação ao acesso das mulheres à formação pedagógica via escolas normais no começo do século XIX. A primeira escola normal brasileira foi criada na Província do Rio de Janeiro, pela Lei nº 10, de 1835 (Tanuri, 2000). No entanto, ao longo dos anos, pouco se concretizou em relação às providências necessárias do Governo central no que diz respeito ao ensino das primeiras letras e, consequentemente, a preparação de seus docentes, que reduziram o preparo didático e profissional do mestre ao domínio do método (Tanuri, 2000). Mesmo com a escola Normal do Método Mútuo, implantada em diversas províncias, ao modelo da Corte, não havia liberdade das mulheres acessarem essa experiência de qualificação.

No Maranhão, a Escola Normal foi criada por meio da Lei nº 76, de 1838, que autorizava o custeio (pelo tesouro público) de um candidato a ser enviado à França para aprender o método mútuo. No seu retorno, deveria reger uma escola para formação de outros professores. A primeira Escola Normal do Maranhão iniciou seu funcionamento em 1840, após retorno de Felipe Benício Oliveira Condurú, que foi indicado para a viagem pedagógica (Silva, 2025).

A Escola Normal do Maranhão deixou de funcionar em 1844, tendo qualificado poucos homens e nenhuma mulher. Entendemos o fato de as mulheres não serem consideradas como candidatas à formação pedagógica como algo perfeitamente alinhado ao processo social de exclusão feminina. Nesse período, em que escolas eram organizadas por gênero, e em que poucas mulheres estavam empregadas para lecionar, parece perfeitamente convencional que elas nem fossem cogitadas à qualificação junto aos homens.

Se as mulheres não eram foco da qualificação docente financiada pelo poder público, não sendo contempladas nem com viagens pedagógicas, nem com acesso às primeiras escolas normais do Brasil, como faziam para acessar o conhecimento do método mútuo, exigido para o exercício da docência, em conformidade com a Lei da Escolas de Primeiras Letras de 1827?

De que forma as mulheres tiveram acesso aos conhecimentos pedagógicos relativos ao método mútuo é uma interrogação ainda passível de investigação. Contudo, podemos inferir que, mesmo sem direito à qualificação, de alguma forma, elas se apropriaram dos saberes pedagógicos e executaram, de algum modo, o ensino com métodos diferenciados. Não se pode deixar de crer que elas estivessem sujeitas à circulação de ideias pedagógicas desembarcadas da Europa, que poderiam ser acessadas por meio da imprensa, por meio de livros ou até em conversas entre docentes. Segunda Silva (2025), nos jornais maranhenses, no período de 1930 a 1950, embora de forma reduzida ao disponível na imprensa do Rio de Janeiro, não foram incomuns referências a obras e autores que se detinham a estudos sobre

história, educação e política da França; país cujo sistema de instrução pública representava um modelo a ser seguido.

Fato é que tanto o método mútuo quanto o simultâneo, que exigiam o domínio de regras específicas, e o individual, amplamente utilizado durante o século XIX, foram praticados por professoras sem qualificação docente, que tateavam o saber pedagógico instintivamente. Se essas práticas foram tão eficientes como propagadas pelos defensores de um ou outro método, não sabemos. Contudo, não só as professoras tinham que se apropriar de um saber pedagógico sem a devida qualificação, já que nem mesmos os homens que desfrutavam de liberdade para a qualificação na escola normal conseguiam, de fato, acessar, de forma ampla, este espaço de formação, ou executar o modelo pedagógico com o conhecimento necessário.

De qualquer modo, nos parece que o acesso e domínio do saber pedagógico atrelado ao método mútuo esteve muito aquém do que se esperava como condição para alcançar a eficiência na instrução pública da província maranhense. Em relatório do presidente, de 1838, está registrada a desconfiança do governo de que a prática do ensino nas escolas maranhenses parecesse mais uma imitação ou mistura dos métodos individual e simultâneo, do que propriamente a execução do ensino mútuo, dada a falta de pessoa com conhecimento do tema (Silva, 2025).

Sendo assim, podemos inferir que, nas primeiras décadas do século XIX, tanto no período anterior quanto no posterior à criação da Escola Normal do Maranhão, o conhecimento da pedagogia parecia estar sendo praticado mais de uma forma instintiva do que com conhecimento de causa. Fazer parecer que executavam o método mais recorrido internacionalmente, em época de limitação ao acesso de formação pedagógica, parece que foi uma realidade vivenciada por docentes de ambos os sexos.

Em seguida, abordaremos algumas características do exercício da docência feminina no Maranhão, nas primeiras décadas que as mulheres assumiram esse serviço público.

#### **4 EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA FEMININA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX**

A docência feminina, no início do século XIX, era praticamente inexistente nas províncias do Brasil, no entanto, já são encontrados registros da presença de mulheres lecionando no serviço público em período anterior a 1827, como no caso do Maranhão (Cruz, 2023).

Segundo se pode observar nas primeiras décadas dos Oitocentos, havia intensa desproporcionalidade entre o número de cadeiras femininas e masculinas. No ano de 1823, havia 11 cadeiras de ler, escrever e contar masculinas distribuídas pela província e apenas uma feminina (Marques, 1970). Em 1828, as cadeiras haviam sido elevadas a 27, com um total de 151 meninas estudando em todo Maranhão (Discurso do presidente da província, 1829), sendo estas distribuídas

para apenas duas escolas públicas na Capital, e entre outras escolas particulares. Em 1830, com as mesmas 27 escolas, apenas uma mulher estava a lecionar as primeiras letras em cadeira pública, embora outras duas escolas já estivessem criadas, mas ainda se encontravam vagas (Discurso do presidente da província, 1830). Em 1835, das 27 cadeiras, quatro estavam destinadas ao sexo feminino, embora apenas três estivessem providas com professoras concursadas nos termos da carta de Lei de 15 de outubro de 1827: duas na capital e uma em Alcântara (Falla que recitou..., 1835).

Em 1840, além da professora do interior que já estava em exercício na cadeira de Primeiras Letras de Alcântara e as duas da capital, funcionando nas freguesias de Nossa Senhora da Conceição e na freguesia de Nossa Senhora da Victória, uma quarta escola feminina foi criada no Maranhão, para funcionar no Recolhimento de Anunciação e Remédios, na capital. No ano de 1844, foi nomeada interinamente em Caxias, outra docente para somar com o quadro de mulheres professoras do interior. Essa cadeira foi criada desde 1835, embora só tenha sido provida em 1844 (Parte official, 1844).

Sendo assim, segundo Amorim, *et al.* (2025, p.12), as primeiras professoras nomeadas na província do Maranhão, foram as seguintes:

De 1823 a 1835, foram nomeadas cinco professoras no serviço público de instrução feminina maranhense, sendo a primeira, Justiniana Joaquina Amada Gomes. Ela lecionava na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, na capital, de 1823 a 1835 (Cruz, 2023). A segunda professora nomeada foi Prudêncio Mathilda de Siqueira, examinada em 25 de abril de 1828 e nomeada para a cadeira da Freguesia de Nossa Senhora da Victória, Sé. Esta professora solicitou sua demissão no ano seguinte, em 16 de setembro de 1829, por enfermidade, sendo substituída por Henriqueta Cândida Ferreira, que foi concursada no ano de 1830 (Maranhão, 1828; Maranhão, 1833). A terceira nomeação feminina foi a de Ester Leopoldina Pinheiro, nomeada para substituir Justiniana, dois meses depois de sua morte, embora já tivesse sido submetida a concurso desde 7 de outubro de 1833. A pioneira do ensino público feminino fora da capital foi Anna Joaquina de Seixas Corrêa, nomeada para Alcântara. Essa cadeira foi criada em 1829 e foi posta a concurso por mais de uma vez, desde 1830, até que Anna Joaquina se submeteu ao exame em 1833.

A docência das professoras nomeadas no início do século XIX para lecionar na província do Maranhão, de uma forma geral, não apresenta diferença substancial em relação ao praticado pelos homens, apesar de elas estarem em número muito inferior ao deles. Observadas as correspondências, estabelecidas entre o professorado de primeiras letras, entre 1828 e 1836, no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) e o governo provincial, não aparecem exigências diferenciadas por sexo. Elas, assim como eles, estavam obrigadas ao uso do método mútuo, e deveriam igualmente responder ofícios do governo informando sobre frequência, nível de adiantamento e número de discentes examinados, ou seja, considerados prontos para concluir o ensino elementar. Em geral, estavam sujeitos ao uso dos mesmos padrões de agrupamentos de alunos e dos mesmos tipos de utensílios de

ensino (APEM, 1828-1836). Mesmo assim, verifica-se pequenos detalhes que configuram algumas diferenciações no exercício da docência feminina em relação ao executado pelos homens.

A primeira diferenciação observada diz respeito à forma de organização das bancas examinadoras visando a seleção docente. Foi demonstrado que as bancas examinadoras para as cadeiras de Primeiras Letras eram compostas diferentemente para seleção dos professores homens e das professoras. No caso das cadeiras masculinas, as bancas “[...] eram formadas integralmente por homens, enquanto as bancas para as seleções de professoras de Primeiras Letras para meninas eram mistas, sendo necessário ter ao menos uma professora e dois professores” (Amorim, *et al*, 2025, p.15).

Uma segunda diferença entre o exercício da carreira feminina e a masculina identificada foi a relativa à carga-horária diária. As mulheres professoras trabalhavam mais tempo que os homens. Enquanto eles ministram os conteúdos relativos aos saberes de leitura, escrita, contagem e Doutrina Cristã, que faziam parte do currículo de ambos os sexos, para elas, havia o acréscimo da instrução das prenderas domésticas, exigindo mais tempo diário de trabalho (Cruz, 2023).

Outra preocupação muito recorrente nos estudos da história das mulheres diz respeito às diferenças salariais. Neste período, até a terceira década do século XIX, o sistema de ensino maranhense apresentava pouca estruturação e carecia de um ordenamento legal, como uma legislação específica que se voltasse para instituição de regras para o exercício da profissão docente, sendo apenas a partir de 1841, que os ordenamentos da instrução pública maranhense passam a ser publicados (Viveiros, 1954).

Logo no início do século XIX, o salário anual de todos os professores maranhenses, tanto das aulas de ler, escrever e contar quanto das cadeiras de Latim e Retórica, que faziam parte do ensino secundário, estava fixado em 150.000 reis anual. Esse salário foi estabelecido inclusive para a mulher que seria nomeada para cadeira feminina da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, conforme claramente exposto na Portaria de Governo de 8 de julho de 1822, que determinou a criação de escolas e apresentou as regras do concurso para provimento das cadeiras (Para criação..., 1822, p. 2).

Com o passar do tempo, observando cronologicamente leis de instrução pública do período, percebemos que vão sendo estabelecidas diferenças salariais entre os professores. Em cidades mais importantes, como na capital, Alcântara e na Vila de Caxias, os salários fixados eram mais elevados, chegando a 400.000 reis, em 1833 e 1835, para professores de ambos os sexos; enquanto em localidades menos povoadas, possivelmente com menor custo de vida, como a Vila de Santa Elena, Vila de Nossa Senhora de Nazaré do Riachão, Santana do Burity, o salário anual atingia o valor de 250.000 reis (Maranhão, 1835). Essas diferenças de valores estavam de acordo com a Lei Geral das Escolas de Primeiras Letras, a qual em seu artigo 3º declarava que os salários dos professores deveriam

ser taxados “[...] 200\$000 a 500\$000 anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares...” (Brasil, 1827).

Neste estudo, observamos que na proporção que o número de escolas de primeiras letras vai se ampliando, a diferença de salários se fortalece entre as escolas, sendo instituídas diferenças que levavam em conta a adoção do método e aparecendo sinais de diferenciação salarial com base no gênero. No ano de 1837, 350.000 reis foi definido como o salário do professor da Paróquia de São João do Cururupu, desde que ensinasse pelo método de Lancaster. no caso de usar outro método, o salário seria fixado em 300.000 réis anuais. Mesmo teor está nas leis de nº. 55 e 58, de 1838, que cria a cadeira masculina, respectivamente, nos lugares Trizidela, Simpahú, e na Vila do Senhor do Bom-fim da Chapada, cujos professores poderiam receber o salário de 350.000 reis, se utilizassem o método de Lancaster e 300.000 reis se pelo método regular (Castro, 2009).

Por outro lado, no que diz respeito às disparidades salariais entre os gêneros, observa-se o seguinte panorama. Em 1837, com a promulgação da Lei nº 41, datada de 26 de julho, iniciou-se um processo de expansão das escolas destinadas ao público feminino. Naquele período, foi determinada a criação de seis cadeiras de ensino de primeiras letras voltadas às mulheres, distribuídas entre as vilas de São Bento, Guimarães, Rosário, Itapecuru-Mirim, Viana e São Bernardo do Brejo. Para cada uma dessas cadeiras, estabeleceu-se uma remuneração anual de 300.000 réis, sem a obrigatoriedade de adoção do método mútuo — valor este inferior ao concedido aos professores homens em condições semelhantes. Já em 1840, a cadeira feminina instituída no Recolhimento de Anunciação e Remédios manteve o salário anual de 300.000 réis para a docente responsável pelo ensino das primeiras letras.

Se ampliada a observação para um período maior, até 1849, quando passa a ser executado o primeiro Regulamento da Instrução Pública do Maranhão (Lei 267, de 17 de dezembro), fica claramente exposto como o método de ensino foi utilizado como mecanismo de desigualdade salarial entre os docentes, ao mesmo tempo que serve para justificar uma diferenciação salarial entre os gêneros.

No referido regulamento, nos seus cinco primeiros artigos, os professores são classificados em três categorias salariais, em conformidade com o número de alunos frequentes atrelada à obrigação de utilizar um método específico de ensino. As divisões são as seguintes: de 10 a 39, alunos, a obrigação de ensinar pelo método individual, com salário anual de 300.000 reis (Art. 2º); de 40 a 79, a obrigação de ensinar pelo método simultâneo, com salário de 450.000 (Art. 3º); de 80 a 160 alunos, o ensino seria pelo método de Lancaster, com vencimentos de 600.000 reis (Art. 4º) (Castro, 2009).

No artigo Art. 6º da Lei 267, de 1849, podemos observar a normalização da diferenciação salarial por gênero, por meio da determinação de que as professoras de primeiras letras só poderão

ensinar pelos métodos individual e simultâneo, com salários, respectivamente, de 400.000 reis para a primeira categoria e de 570.000 para a segunda (Castro, 2009). Embora os vencimentos das mulheres estivessem estipulados acima dos definidos para os homens classificados nas duas primeiras classes de docentes (artigos 2º e 3º da Lei 267), a existência de um limite entre o mais alto vencimento masculino e o feminino demonstrava uma estratégia de controle sobre as possibilidades de ascensão salarial para as mulheres, sendo travadas a galgar os vencimentos mais altos.

## 5 CONCLUSÃO

Neste estudo sobre a carreira docente das mulheres no início do século XIX, nos detivemos a observar questões relativas aos saberes pedagógicos estabelecidos como objeto das práticas profissionais das primeiras professoras públicas do Maranhão; e caracterizamos aspectos do exercício profissional das professoras, no início do século XIX.

A Lei Geral das Escolas de Primeiras Letras, de 1827, não fazem reverência à formação docente feminina no método mútuo, assim como atribui necessidade da qualificação masculina. Mesmo assim, observamos que de alguma as mulheres vão se aproximar do saber pedagógico em circulação, dada à necessidade de cumprir as exigências do governo no exercício docente.

Nas três primeiras décadas dos Oitocentos, os salários femininos estiveram equiparados aos masculinos, não sendo o gênero elemento de diferenciação. No final dos anos de 1840, o método de Lancaster estava claramente instituído como elemento de diferenciação salarial, quando as mulheres passaram a ser impedidas de usá-lo, ficando limitadas a aspirar os salários mais elevados.

Sendo assim, concluímos que o contexto do exercício docente feminino, no início do século XIX, envolveu questões de diferença de gênero. Quando as primeiras mulheres acessaram o serviço público docente, ainda sem uma organização normatizada no ramo da instrução pública, as exigências da profissão eram impostas semelhantemente entre homens e mulheres. Ao longo da estruturação do sistema de ensino provincial, regras vão sendo instituídas, reforçando desigualdades compactadas socialmente.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Arquivo Público do Estado do Maranhão, pela disponibilidade de acesso ao acervo de fontes consultadas para este artigo e à Universidade Federal do Maranhão, pela concessão de bolsas de iniciação científica.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Thiago Borges de; FERREIRA, Luciana Haddad. Paradigma indiciário: abordagem narrativa de investigação no contexto da formação docente. *Educar em Revista*, [S. l.], v. 37, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/74451>. Acesso em: 12 fev. 2025.

AMORIM, Elisângela Santos de; TEOFILO, Maria da Penha; RODRIGUES, Maria José Lobato; CRUZ, Mariléia dos Santos; RODRIGUES, Brenna Kelly Ferreira; ARAÚJO, Daniel Silva Monteiro de. A profissionalização de mestras de Primeiras Letras no Maranhão no início do século XIX. *Caderno Pedagógico*, 22(10), e19063, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n10-143>

APEM. Correspondências de diversos professores ao presidente de Província do Maranhão. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM. Secretaria de Governo. Instrução Pública. Docs. avulsos), 1828-1836.

BATISTA, Erlinda Martins; BORGES, Viviany Gonçalves Lino; SALES, Antonio. Dois sistemas de ensino, simultâneo e mútuo: vividos e narrados por dois professores de diferentes gerações. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 233–240, 2018. DOI: 10.17921/2447-8733.2018v19n2p233-240. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgscognac.com.br/ensino/article/view/6086>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. Lei Geral da Instrução Pública de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Colleção de Leis do Império do Brasil, 1827. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil-03/LEIS/LIM/LIM.-15-10-1827.htm>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURKE, Peter. O que é a nova história cultural? Rio de Janeiro; Zahar, 2005.

CARTA DE LEI N. 41 DE 26 DE JULHO DE 1837. Publicador Oficial, 5 ago. 1837, n. 567, p. 4110. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=740454&pasta=ano%20183&pesq=%22carta%20de%20lei%22&pagsfis=1000>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. Saber compartilhado (método mútuo). *Revista Nossa História*, n. 5, nov. 2005, p. 80–83.

CASTANHA, André Paulo. A instrução primária no Brasil entre a Independência e o Ato Adicional de 1834. Francisco Beltrão: Unioeste; Campinas: Navegando Publicações, 2013. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/edicaocritica-da-legislacao-educac>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CASTANHA, André Paulo. Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889. *Teoria e Prática da Educação*, Maringá, v. 23, n. 1, p. 36–58, jan./abr. 2020.

CASTRO, A. C. Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão (1835-1889). São Luís: EDFMA, 2009.

CEGATTI, A. C.; PRÁ, J. R. Gênero, educação e feminização do magistério no ensino básico Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 18, p. 215-228, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 18 abr. 2025.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Instrução pública do “sexo feminino” no Maranhão: no Diretório dos Índios e início do século XIX. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 53, e10141, 2023. e-ISSN 1980-5314. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980531410141>

DISCURSO QUE NO DIA DA INSTALAÇÃO DO CONSELHO GERAL RECITOU O EXMO. SR. CANDIDO JOZÉ DE ARAÚJO VIANNA, PRESIDENTE DA PROVÍNCIA. O Farol Maranhense, 1 dez. 1829, n. 58. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/749958/493>. Acesso em: 18 fev. 2025.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA NA INSTALAÇÃO DO CONSELHO GERAL NO DIA 1 DE DEZEMBRO DE 1830. O Farol Maranhense, 3 dez. 1830, p. 1–2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749958/1215?pesq=%22primeiras%20letras%22>. Acesso em: 15 fev. 2025.

FALLA QUE RECITOU O EXMO. SNR. PRESIDENTE DA PROVÍNCIA NA ABERTURA DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL. O Publicador Official, 21 fev. 1835, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=740454&pesq=FALLA%20QUE%20RECITOU%20%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=805>. Acesso em: 16 fev. 2025.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; BASTOS, Maria Helena Câmara. A escola elementar no século XIX: o método monitorial mútuo. Passo Fundo: Edusf, 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 19–34, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

FARGE, Arlette. O sabor do arquivo. São Paulo: Edusp, 2009

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HAHNER, June. E. Escolas mistas, escolas normais: A coeducação e a feminização do magistério no século XIX. State University of New York at Albany. Estudos Feministas, 19(2), 467-473, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/s0104-026x2011000200010>. Acesso em: 12 de junho de 2023.

MARANHÃO, Secretaria do Governo. Lei n. 3, de 30 de março de 1835. Cria diferentes cadeiras de ensino público. Echo do Norte, São Luís, 9 de abril, 1835, n. 68, p. 275. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/749540/274?pesq=%22cadeira%20de%20primeiras%22>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MARCHELLI, Paulo Sergio. Origens históricas das políticas de formação de professores no Brasil (1823–1874). *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p. 225–242, out. 2017. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-03052017000400225&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052017000400225&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 4 mar. 2025. DOI: 10.12957/teias.2017.29394. Acesso em: 28 abr. 2025.

MARQUES, César Augusto. Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão. Fon-Fon e Seleta, 1970.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, T. H. Verbete método simultâneo. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://educabrasil.com.br/metodo-simultaneo/>>. Acesso em 05 nov. 2025.

NÓVOA, Antônio. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, Antônio (org.). Profissão professor. Porto: Porto Editora, 1999.

PARA CREAÇÃO DE ESCOLLAS NESTA PROVÍNCIA. O Conciliador do Maranhão, 17 jul. 1822, n. 106, p. 1–3. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/749524/499>. Acesso em: 15 fev. 2025.

PARTE OFFICIAL. Ao inspetor da instrução pública. Publicador Maranhense, n. 225, 12 out. 1844, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/720089/869>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SCHAFFRATH, Marlene A. S. Escola Normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores. In: Encontro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Artes da FAP, 25–26 set. 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/225117884/Escola-Normal-O-Projeto-Das-Elites-Brasileiras-Para-a-Formacao-de-Professores>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SILVA, Alexandre Ribeiro. Circulação nacional e transnacional de modelos pedagógicos e reformas da instrução pública: Maranhão, Rio de Janeiro e França nas décadas de 1830 a 1850. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2025.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, maio/ago. 2000, p. 61–89. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HsQ3sYP3nM8mSGSqVy8zLgS/abstract/?lang=pt>. DOI: 10.1590/S1413-24782000000200005. Acesso em: 15 fev. 2025.

VIVEIROS, Jerônimo de. Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão. *Revista de Geografia e História*. São Luís: [Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão], 1954.